



## Comissão avalia dívida de estados e municípios

Proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, pretende diminuir o tamanho dos débitos dos entes federados com a União desde 1º de janeiro de 2013

**C**omissão de Assuntos Econômicos faz audiência hoje para debater o projeto de correção de dívidas de estados e municípios, que

passarão a ser atualizadas pela inflação mais 4%.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera que a tramitação na Casa seja rápida. **3**



Ricardo Ferraço e Aloysio Nunes: proposta conciliadora para enfrentar o problema da criminalidade juvenil

## Relator recomenda punição de menores

Propostas de emenda à Constituição que permitem punir menores infratores entre 16 e 18 anos, sem reduzir a maioria penal, serão debatidas amanhã pela

Comissão de Constituição e Justiça. O relator, Ricardo Ferraço, já se declarou favorável à PEC de Aloysio Nunes Ferreira, considerada por ele “racional e ponderada”. **3**

**Semana começa com orçamento impositivo** **2**

**Comissões já aprovaram 117 projetos em 2013** **4**

**Estados apoiam nova proposta de reforma do ICMS** **3**

**Economia do Senado até setembro foi de R\$ 159,4 milhões** **3**

Rodrigio Leni / Appo



## Senadores querem analisar Lei dos Portos

Comissão do Meio Ambiente vai discutir por que os editais para concessão dos principais portos do país, prevista em lei sancionada e regulamentada em junho deste ano, ainda não foram lançados. **3**

Escoamento da produção agrícola depende da modernização dos portos, como o de Paranaguá

### O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



### Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: [www.senado.leg.br/agoraelei](http://www.senado.leg.br/agoraelei)



Criação e Marketing

# Plenário retoma votação do orçamento impositivo

Outras duas propostas de emenda à Constituição, uma que põe fim a todo tipo de votação secreta no Legislativo e outra que regula a expropriação de terras com trabalho escravo, também estão na pauta

OS SENADORES DEVERÃO voltar a discutir amanhã em Plenário a proposta de emenda à Constituição que cria o orçamento impositivo (PEC 22A/2000). Além dessa, outras duas PECs, a que acaba com todo tipo de votação secreta no Legislativo (PEC 43/2013) e a do Trabalho Escravo (PEC 57A/1999), também poderão ser votadas.

O texto base da PEC 22A/2000, do então senador Antonio Carlos Magalhães, que obriga a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União, foi aprovado na terça-feira e, na quarta-feira, os senadores discutiram várias emendas ao projeto, mas não acataram qualquer modificação ao texto original. Resta ainda apreciar, antes de concluir a votação em primeiro turno, emenda de autoria de Cícero Lucena (PSDB-PB) que prevê a destinação de 18% da receita corrente líquida (RCL) da União para a área da saúde.

Já a PEC 43/2013, cuja votação foi anunciada na quarta-feira pelo presidente Renan Calheiros, deixou de ser



Destaques à PEC do Orçamento Impositivo começaram a ser votados no dia 6

apreciada por falta de quórum.

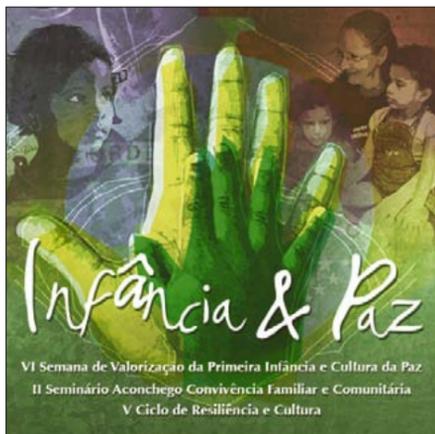
No que diz respeito à PEC do Trabalho Escravo, que permite a expropriação de terras onde for constatada a exploração de trabalho escravo, no fim de outubro, Kátia Abreu (PMDB-TO) e Romero Jucá (PMDB-RR) defenderam, durante a discussão do PLS 432/2013 — que regula a expropriação de propriedades urbanas e rurais nas quais fique comprovada a exploração de trabalho escravo, bem como define esse tipo de trabalho — a desconsideração de condições precárias de alojamento, alimentação, trabalho, saúde e segurança como indicadores de trabalho

escravo. Na mesma sessão, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Ana Rita (PT-ES) alertaram para a necessidade de ampliar os debates sobre o tema, a fim de evitar uma “flexibilização” do conceito atual de trabalho escravo que vem sendo adotado pelos tribunais superiores brasileiros.

Em discurso na quinta-feira, Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a manutenção do conceito de trabalho escravo contido no Código de Processo Penal, que leva em conta, entre outras circunstâncias, a existência de jornada exaustiva e de condições degradantes de trabalho.

## Primeira infância em destaque no Senado

O Senado promove, de 18 a 21 deste mês, a 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, com o tema “A formação dos profissionais do cuidar e a construção da resiliência”. O evento vai reunir especialistas da França, Itália, Espanha e Brasil em palestras e oficinas voltadas a profissionais, cuidadores e estudiosos da primeira infância. Este ano o evento acontece em parceria com a ONG Aconchego e inclui o 2º Seminário Aconchego Convivência Familiar e Comunitária e o 5º Ciclo Internacional de Resiliência e Cultura.



A iniciativa visa sensibilizar gestores, legisladores, estudantes, educadores e profissionais sobre a importância do cuidado e da atenção com a criança, da concepção até os 6 anos de vida, buscando o

desenvolvimento integral e o direito à convivência familiar e social.

Durante a semana, haverá audiência pública conjunta das Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos para tratar da importância da formação adequada aos profissionais da primeira infância e a contribuição deles na formação da resiliência nas crianças em situação

de risco social. As inscrições para as oficinas, que são gratuitas, podem ser feitas pela internet, no endereço [www.senado.leg.br/infanciaepaz](http://www.senado.leg.br/infanciaepaz). A programação completa também está no site.

### CORREÇÃO

O **Jornal do Senado** errou sexta-feira ao informar, na manchete da página 1, que a redução de gastos do Senado atingiu R\$ 154,9 milhões. O valor correto é R\$ 159,4 milhões até setembro, conforme consta no texto abaixo do título. Leia mais na página ao lado.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### SEGUNDA

##### PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.

##### CÓDIGO COMERCIAL Versão final

14h A comissão de juristas que elabora anteprojeto do novo Código Comercial se reúne para, entre outros assuntos, votar a versão final do anteprojeto.

##### CAE Dívidas com a União

18h30 Audiência ouve, entre outros, a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, sobre a dívida de estados e municípios com a União.

#### TERÇA

##### CMA Lei dos Portos

8h30 A Comissão de Meio Ambiente discute os efeitos práticos da aplicação da Lei dos Portos.

##### CAE Perdas

10h Projeto que disciplina a compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais volta à pauta.

##### EXECUÇÃO PENAL Reunião

10h Reunião administrativa da comissão de atualização da Lei de Execução Penal.

##### CE Medicina

11h Projeto para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito para o exercício legal da medicina no país está na pauta.

##### CAS Suplementos

11h Denúncias sobre suplemento alimentar serão discutidas em audiência pública. A comissão ouve o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, e outros.

##### CCJ Penalização de menores

14h A proposta de emenda à Constituição que abre a possibilidade de penalização de menores será debatida em audiência.

##### CPI DA ESPIONAGEM Audiência

14h A comissão parlamentar de inquérito ouve o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Mazoni, e o diretor do Prodasen, Victor Guimarães Vieira.

#### QUARTA

##### CI Água

7h30 O gerenciamento e a utilização da água estarão em discussão, dentro do ciclo de debates sobre investimento e gestão logística no país. A Política Nacional de Recursos Hídricos é o tema do primeiro painel. O diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo, participa do debate. Após a audiência, votação de projeto determinando que as empresas de táxi ofereçam veículos adaptados para acesso a pessoas com deficiência.

##### CAS Construção civil

9h Entre outras matérias, comissão examina projeto que prevê aposentadoria especial ao trabalhador da construção civil e proposta que institui o consórcio de empregadores urbanos.

##### CCJ Bolsas de estudo

10h Consta da pauta projeto que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

##### CCT Cargas perigosas

14h Constam da pauta projeto que obriga o rastreamento de veículos que fazem transporte de cargas perigosas e proposta que transforma lan houses em centros de inclusão digital.

##### SEGURANÇA PÚBLICA Financiamento

14h30 A comissão especial promove audiência pública sobre a estrutura da polícia brasileira.

#### QUINTA

##### CDH Discriminação contra a mulher

9h Audiência pública interativa sobre as recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

##### CRE Ministro Luiz Alberto Figueiredo

10h O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, fala sobre os rumos da política externa, diretrizes e prioridades do ministério.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

#### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Audiência debate correção de dívidas com a União

Projeto que reestrutura dívidas de municípios e estados com a União começa a tramitar no Senado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que realiza hoje audiência pública com economistas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) faz hoje, às 18h30, audiência pública para debater o projeto (PLC 99/2013) que muda o índice de correção das dívidas que estados, Distrito Federal e municípios têm com a União. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados no final de outubro e já está no Senado, onde vai passar também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo da medida é diminuir o tamanho da dívida, uma vez que será recalculado o saldo devedor, a contar de 1º de janeiro de 2013. As dívidas podem passar a ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor. Desde 1997, no caso dos estados, e desde 2001, para os municípios, a correção mensal é feita pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais

6%, 7,5% ou 9%, conforme o contrato.

O debate sobre a dívida dos estados e municípios com a União deverá reunir o presidente do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Eric Toussaint; a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli; e o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Waldery Rodrigues Júnior.



João de Araújo/Agência Senado

Meta é economizar R\$ 300 milhões no biênio 2013-2014, segundo Renan

## Renan: Senado economizou R\$ 159,4 milhões até setembro

Extinção de 613 funções comissionadas e fim de alguns serviços estão entre as medidas que, neste ano, proporcionaram economia de R\$ 159,4 milhões até setembro, conforme informou o presidente da Casa,

Renan Calheiros. Ele destacou que a relação entre quantidade de servidores efetivos e comissionados, citada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, não tem relação com o programa de racionalização de custos.

# Nova proposta da reforma do ICMS tem apoio de 24 estados

O projeto que trata da compensação aos estados por perda de receita (PLS 106/2013), que se encontra na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), contém um novo arranjo para a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em tramitação no Senado.

Para viabilizar a aprovação do PLS 106/2013, o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), propôs um artigo

condicionando a compensação das perdas à vigência da reforma do ICMS, tema de projeto de resolução do Senado (PRS 1/2013) aprovado pela CAE e que aguarda votação pelo Plenário.

As alíquotas interestaduais que constam do PLS 106/2013 estão de acordo com um convênio que chegou a ser submetido ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e teve o apoio de 24 estados.

Faltaram apenas três adesões para ele ser definitivamente aprovado.

O novo esquema — que poderá constar de uma emenda coletiva de Plenário ao PRS 1/2013 — prevê reduções graduais das alíquotas interestaduais do ICMS, em busca do fim da guerra fiscal. No final do processo, em 2021, as duas atuais alíquotas interestaduais (de 7% para Sul e Sudeste e de 12% para as demais regiões) se

transformarão em três: de 4%, 7% e 10%.

O PLS 106/2013 foi apresentado pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e reproduz os termos da Medida Provisória 599/2012, que instituiu o Fundo de Compensação de Receitas (FCR). Na época, houve muitas críticas de parlamentares quanto ao uso de um instrumento provisório para disciplinar um assunto com impacto pelos próximos

20 anos, tempo estimado para os reflexos da reforma do ICMS prevista no PRS 1/2013. Bauer sugeriu um instrumento normativo superior, a lei complementar, para dar mais segurança jurídica aos estados. Devido às divergências, a medida provisória não foi votada e perdeu eficácia.

O substitutivo do relator incorporou também a parte da MP que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Regional.

# Comissão avalia punição de menores

Uma terceira via — racional e ponderada — para enfrentar o problema da delinquência juvenil. É essa a avaliação que Ricardo Ferraço (PMDB-ES) faz da proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2012) do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), da qual é relator. A PEC 33/2012, que permite a punição de menores entre 16 e 18 anos pela prática de crimes graves, tramita com outras cinco propostas similares (PECs 20/1999, 90/2003, 74/2011, 83/2011 e 21/2013) e será debatida amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ferraço recomenda no relatório a aprovação da PEC 33/2012 e a rejeição das demais. Ele considerou salutar a oferta de um caminho



Luiz Silveira/Agência ONU

PEC prevê prisão para menores entre 16 e 18 anos sem reduzir maioria

intermediário para enfrentar a criminalidade juvenil, frente às outras PECs, que pregam a redução drástica da maioria penal como única saída.

“Emito o presente parecer, aprovando a proposta referida (PEC 33/2012), por considerar que ela dá à sociedade um instrumento inteligente e

eficaz para que os operadores do Direito Penal, promotores e juízes, possam fazer a distinção entre os casos de criminosos jovens dos quais o ato criminoso consubstancia um infortúnio relacionado à imaturidade e aqueles em que o crime reflete uma corrupção irreparável”, justifica.

# Relator aumenta receita do Orçamento de 2014 em R\$ 12,1 bi

A receita primária líquida para o Orçamento da União para 2014 deve aumentar R\$ 12,1 bilhões, de acordo com o relatório da proposta de Lei Orçamentária Anual (PLN 9/2013) para 2014, entregue na sexta-feira pelo relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

Na proposta de Orçamento para 2014 enviada pelo Executivo, a receita primária líquida, que engloba tudo o que o governo federal arrecada, depois de descontadas as transferências para os estados e municípios, estava estimada em R\$ 1,08 trilhão. Com a reestimativa, sobe para R\$ 1,092 trilhão.

De acordo com a análise

feita por Amorim, o aumento de 1,1% deve vir, principalmente, das chamadas receitas não administradas — como as decorrentes de concessões, dividendos de empresas estatais e royalties do petróleo, por exemplo.

Os cálculos do relatório foram feitos, segundo Amorim, a partir de um aumento na estimativa de inflação oficial (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5% para 5,9% e de uma diminuição na expectativa de crescimento do PIB do país de 4% para 3,8%.

O parecer será votado na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

(Da Agência Câmara)

# Implantação da Lei dos Portos será discutida em audiência

Para debater a implantação da Lei dos Portos (Lei 12.815/2013), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza audiência amanhã. O presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), propôs a realização do debate por considerar que o processo não vem ocorrendo dentro do esperado. Segundo o senador, o país caminha para novo recorde de produção de

grãos, podendo chegar a 200 milhões de toneladas, mas, por deficiência de infraestrutura, são esperados problemas para o escoamento da produção.

Foram convidados Antonio Henrique Pinheiro Silveira, ministro-chefe da Secretaria de Portos; Renato Ferreira Barco, presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; Luiz Henrique

Dividino, superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina; e Carlos José Ponciano da Silva, presidente da Companhia Docas do Pará; além de representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

## Editais

Sancionada em junho, a Lei dos Portos definiu novas

regras para concessões e arrendamento de instalações portuárias.

Regulamentada pelo governo federal também em junho, coube à Secretaria de Portos a responsabilidade de elaborar o plano de outorgas e as diretrizes para os regulamentos de exploração das áreas portuárias. À Antaq, o decreto atribuiu, entre outros,

o papel de arbitrar conflitos e controvérsias nos contratos. Desde a aprovação da lei, são aguardados os editais de concessões para os principais portos do país.

De acordo com Blairo Maggi, o setor produtivo aguarda com grande expectativa o aumento da capacidade de trânsito de carga nos portos brasileiros e a redução das tarifas.

# Em 2013, comissões aprovaram 117 propostas

De janeiro a outubro, foram realizadas 560 reuniões, entre elas 257 audiências públicas, e analisados 944 projetos. Dos aprovados, 31 deverão seguir para a Câmara

EM OUTUBRO, AS comissões permanentes e as subcomissões do Senado aprovaram 117 propostas, das quais 31 podem seguir direto a Câmara ou para sanção da Presidência da República, caso não haja recurso de pelo menos nove senadores para votação em Plenário. Os dados são do balanço da Secretaria de Comissões, que contabilizou, de fevereiro a outubro, 560 reuniões, das quais 257 audiências públicas, e 944 matérias analisadas.

A variedade de temas abordados pelas propostas aprovadas é grande. O PLC 16/2013 garante à mulher o direito de registrar sozinha o nascimento do filho, da mesma forma que o pai faz atualmente.

Outros destaques foram a aprovação da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, o chamado PAC Social do Meio Rural (PLS 258/2010); a Lei da Migração, que garante direitos aos imigrantes no Brasil e ao emigrante brasileiro (PLS 288/2013); as novas regras para a demarcação de terras indígenas (PLS 417/2011); e o chamado orçamento impositivo, que obriga a União a liberar os recursos para execução das emendas parlamentares previstas no Orçamento da União (PEC 22A/2000), que está na ordem do dia do Plenário de amanhã.

## Educação e saúde

Também no mês passado, foram aprovados projeto



As conquistas indígenas 25 anos após a promulgação da Carta foram um dos temas abordados na Comissão de Direitos Humanos, presidida por Ana Rita (ao microfone)

proibindo que as escolas exijam de alunos material de uso coletivo ou cobrem taxa adicional para arcar com o custo desses materiais (PLC 126/2011) e texto sobre novas normas para o funcionamento das instituições comunitárias de ensino superior (Ices), ou universidades comunitárias (PLC 1/2013).

Aos profissionais de educação, proposta aprovada estende o direito, já assegurado aos professores, de contar com um período da jornada de trabalho reservado ao planejamento (PLS 560/2009).

Dois projetos pretendem

destinar mais recursos para as áreas de educação e saúde. Um deles transfere para esses dois setores os recursos recuperados em ações judiciais de lesão ao patrimônio público (PLS 303/2013) e outro beneficia a saúde infantil e a educação básica com verbas provenientes da exploração de petróleo e do gás da camada pré-sal (PLS 280/2013).

Foi aprovada também proposição que obriga os planos de saúde a oferecerem serviços nas modalidades individual e familiar (PLS 288/2012) e outra que permite aos pacientes internados em hospitais ou em regime domiciliar e

aos portadores de doenças crônicas receberem assistência odontológica (PLC 34/2013).

## Novas subcomissões

Duas novas subcomissões foram instaladas em outubro. A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos vai acompanhar o andamento da implantação, pelas prefeituras, das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca deverá discutir ações preventivas para enfrentar as longas secas da Região Nordeste e propor políticas

públicas para a solução dos problemas delas decorrentes.

## Audiências públicas

Das 35 audiências públicas realizadas no Senado em outubro, 10 permitiram, por meio do Portal e-Cidadania, a participação dos cidadãos, que puderam fazer perguntas e sugestões on-line, durante o debate.

Entre os vários temas debatidos, estão o Plano Nacional de Educação, a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais, os impactos do trabalho infantil e ainda o extermínio de jovens negros no país.

## Rolleberg: alteração urbanística em Brasília pode se tornar escândalo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) apelou à presidente Dilma Rousseff para que interceda junto ao governo do Distrito Federal com o objetivo de evitar a aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) no formato atual.

Para o senador, o plano foi elaborado para atender os interesses da especulação imobiliária e a concepção dele envolve aspectos obscuros, com elementos para um grande escândalo político.

— Vai ser um escândalo nacional. É melhor prevenir que remediar — alertou.

Rolleberg destacou pontos do plano que, para ele, vão contribuir para a saturação do espaço urbanístico: a possibilidade de divisão de lotes, a autorização para que clubes sociais ao redor do

Lago Paranoá possam se transformar em hotéis e a permissão para a construção de prédios de até 27 andares no Setor Militar Complementar.

O senador também disse que o Eixo Monumental poderá ser “privatizado” e passar a abrigar empreendimentos comerciais. Para ele, são “tantas as agressões” que até parece que as autoridades do governo do DF estão “enlouquecendo”.



Para Rolleberg, alterações visam especulação imobiliária

## Para Cristovam, plano do governo do DF deforma traçado de Brasília

Cristovam Buarque (PDT-DF) denunciou o que considera uma tentativa do governo do Distrito Federal de “deformar o traçado urbanístico de Brasília” com o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) encaminhado para análise da Câmara Legislativa. Ele criticou o governador Agnelo Queiroz por tentar apressar a votação da matéria sem promover um amplo debate com a sociedade.

Segundo Cristovam, o plano é uma ameaça ao título de Patrimônio Histórico da Humanidade. Ele pediu que seja aberto um processo formal de consulta.

— As alterações propostas no tal PPCUB não estão claras nem para os especialistas, arquitetos e urbanistas, muito menos para a população. Estão tentando fazer uma cirurgia plástica sem dizer como vai ser

o rosto da dama no final da cirurgia — disse.

Para Cristovam, o PPCUB não é um plano de preservação, e sim de adensamento. Segundo ele, o projeto, além de prever a construção de novas áreas comerciais e hoteleiras, propõe o aumento do gabarito das edificações. Para o senador, Agnelo Queiroz está se submetendo às pressões e aos interesses da especulação imobiliária.



Plano não é de preservação, mas de adensamento, diz Cristovam

## Figueiró defende plano de incentivo a aposentadoria na Embrapa

Para “oxigenar” o quadro de funcionários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ruben Figueiró (PSDB-MS) defendeu sexta-feira a implementação de novo Plano de Desligamento Incentivado (PDI), que estimularia a contratação de novos pesquisadores e a redução de despesas.

Segundo ele, cerca de um terço dos 9.500 funcionários espera pela medida. Parte aguarda o PDI para pedir aposentadoria e outra parte já se aposentou, mas continua na ativa e espera pelo plano para rescindir o contrato, o que é permitido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que rege os contratos na Embrapa.

— As perspectivas para o futuro da empresa não são alvissareiras se ela não promover oxigenação do quadro de funcionários — disse, ao observar que a

Embrapa vem perdendo espaço para multinacionais nas pesquisas.

Figueiró destacou a redução de custos com o adoção do PDI, pois deixarão a estatal servidores que recebem o teto salarial e os novos serão admitidos pelo piso. O senador lembrou o papel da Embrapa na modernização da agropecuária brasileira e na conquista da liderança do país no setor.



Medida poderia renovar quadro e reduzir custos, avalia senador